

## PREFÁCIO

*Rubens Ricupero*

Para a história diplomática, a consulta ao documento histórico se encontra em situação parecida à leitura dos clássicos para quem aspira a uma vida de cultura. Tanto num caso como no outro, todos reconhecem que são coisas desejáveis, fundamentais mesmo, mas a tendência é adiá-las indefinidamente por inércia, dificuldade de acesso, preconceitos sobre sua suposta dificuldade de compreensão.

No tempo em que me empenhava na busca de luzes para meu autodidatismo, aprendi, ao entrar em contato com *How to read a book*, de Mortimer J. Adler, que a leitura direta do clássico não pode ser substituída por obras de comentários de segunda mão ou de simplificação ou facilitação do texto. Os grandes livros, mostra o filósofo da Universidade de Chicago, não foram escritos para especialistas, mas sim para leitores médios e exigentes da época em que surgiram. Não vale a pena perder tempo com explicações que diluem e enfraquecem a densidade das obras que abrem caminhos novos ao espírito e somente requerem um pouco mais de esforço.

Da mesma forma, o estudante se assusta com a idéia de consultar os documentos genuínos porque não sabe como chegar a arquivos, que lhe parecem misteriosos e inacessíveis, ou como, uma vez dentro deles, encontrar coleções confiáveis e ao alcance de todos. Mesmo vencidas essas barreiras, resta o temor de que esses documentos se mostrarão incompreensíveis em razão do estilo rebarbativo de épocas longínquas, da linguagem enferrujada e arcaizante, da ortografia indecifrável e abstrusa.

Por esse motivo, quando se busca introduzir o principiante ao conhecimento dos documentos do passado, não se justifica um purismo exagerado na manutenção das características secundárias da forma exterior dos velhos alfarrábios. Elas devem ser mesmo descartadas, tal como se faz com a casca rugosa e o papel de embrulho grosseiro. É esse o primeiro e louvável acerto da coletânea organizada por Eugênio Vargas Garcia. Rejeitando o comodismo dos que se limitam a reproduzir páginas obscuras de maneira mecânica, ele se deu ao trabalho considerável de limpar linha por linha, de atualizar a ortografia e a apresentação, de modo a nos oferecer um texto límpido e atrativo.

Tome-se, por exemplo, o documento de abertura da coleção, a bula *Inter Coetera*, que já nos oferece amostragem completa das complicações e dos problemas escondidos atrás de palavras em aparência francas e transparentes. Uma oportuna nota alerta o leitor para a luta surda entre por-

tugueses e castelhanos, passada em silêncio pela bula, mas que transparece na substituição da primitiva versão, na pós-datação e na linguagem deliberadamente enganadora.

Lavado e polido por Eugênio, o texto não perde as sinuosidades e inversões dignas do soneto *saca-rolhas* de Alberto de Oliveira, mas deixa de intimidar o estudante com a sonoridade eclesiástica do latinório do título. As coisas começam a ficar claras. Com alguma perspicácia, o leitor agudo e cuidadoso começará a desconfiar de que o redator pontifício do distante 1493 esconde com palavras melífluas, repassadas de boa fé e sinceridade, muita maquinação e cálculo político inconfessável.

Leia-se o parágrafo 6º, o fundamental. O papa Alexandre VI Bórgia, pai de César e de Lucrecia de infame memória, dirige-se ao rei Fernando e à rainha Isabel e pretende convencer-nos de que, ao se preparar para fazer-lhes concessão incomensurável, estava agindo “de *motu proprio*, não de acordo com instância vossa de petição a nós apresentada a respeito disto”. O desprezioso “isto” da frase se refere apenas à presunção de “doar, conceder e entregar” aos reis de Castela e Leão e seus herdeiros e sucessores “todas as ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou por descobrir” a oeste e sul de linha situada a cem léguas dos Açores e Cabo Verde, “com todos os seus domínios, cidades, fortalezas, lugares, vilas, direitos, jurisdições e todas as pertenças”!

Como sabe o estudioso de história diplomática, longe de resolver a áspera disputa pelo espólio das navegações, o instrumento papal por pouco não leva à guerra os dois reinos ibéricos. Estes negociariam e firmariam em Tordesilhas, no ano seguinte, o tratado que teria presença tão duradoura e discutida na história do futuro Brasil, mercedamente transcrito na íntegra como segunda peça da coleção.

Colhi esse exemplo um pouco a esmo, logo ao começar a folhear o manuscrito. Teria chegado a resultados comparáveis se me tivesse fixado praticamente em qualquer outro dos papéis selecionados pelo autor, pois cada um deles ilustra uma verdade central: o documento constitui a condição necessária, mas não suficiente para a investigação histórica. Não só porque pode ser forjado, como foi a mais célebre das falsificações, a chamada Doação de Constantino, invocada para legitimar o poder temporal dos papas. Outras vezes o documento pode até ser formalmente autêntico, mas seu conteúdo é falso, sua datação viu-se alterada para induzir a erro ou ele foi inteiramente redigido com o objetivo deliberado de criar para os fatos uma versão mentirosa.

Ainda quando nenhuma dessas hipóteses inquie a qualidade do documento, ele raramente ou nunca se basta a si próprio para permitir a cabal compreensão de seu significado; faz falta, para tanto, conhecer-lhe o

contexto e as circunstâncias, seus antecedentes e motivações. Com todas essas ressalvas, não há dúvida que, quase sempre, um documento é o ponto de partida da pesquisa histórica.

A afirmação, válida para qualquer modalidade de história, é muito mais evidente para a história da diplomacia, atividade formalizada por excelência no mais alto grau, na qual os menores atos e movimentos se encontram geralmente documentados e registrados por escrito em tratados, acordos, convenções, instruções, atas, relatórios e registros de conferências. Na vida diplomática, até as conversas informais tendem a ser preservadas em memorandos, nem sempre confiáveis na versão que descrevem. Vale a pena recordar a advertência do secretário de Estado Dean Acheson: ele nunca havia lido um memorando relatando uma gestão ou conversa diplomática na qual o autor aparecesse como *second best*...

Estamos tão afastados da raiz etimológica da palavra “diplomacia” ou “diplomata” que tendemos a confundi-las com os conceitos de negociação e negociador. Convém assim retornar ao texto da pequena obra-prima de Harold Nicolson, *Diplomacy*, na qual ele nos esclarece que o sentido habitual em nossos dias só começou a aparecer em fins do século XVIII. Antes disso, a palavra estava relacionada a um tipo particular de documento, o que indica, mais que qualquer outro argumento, como diplomacia e atestados escritos são elementos inseparáveis.

Nicolson ensina que diplomacia provém do verbo grego *diploun*, que significa simplesmente “dobrar”. Chamavam-se “diplomas”, durante o Império Romano, os passaportes, passes de viagem e salvo-condutos que eram estampados em duas folhas duplas de metal, dobradas e presas uma à outra. Aos poucos, a expressão passou a designar outros gêneros de documentos, não mais de metal, em especial os que conferiam privilégios ou transcreviam acordos com tribos ou entidades estrangeiras.

Esses tratados se multiplicaram e encheram os arquivos imperiais, que tiveram de recorrer a arquivistas especializados em classificar e guardar documentos, bem como a paleógrafos, funcionários capazes de decifrar e comprovar a autenticidade de antigas inscrições. Por muitos séculos, as duas profissões foram chamadas de *res diplomatica*. Na Idade Média, o arquivista-mor, sobretudo na corte papal, adquiriu autoridade para começar a estabelecer os princípios da diplomacia como “ciência baseada nos precedentes e na experiência”. Na Inglaterra foi preciso esperar até 1796 para que Edmund Burke utilizasse o termo diplomacia não para significar o estudo de documentos de arquivo, mas sim a direção ou o manejo das relações internacionais.

Outra expressão intimamente associada à política internacional em muitos países, a de chanceler, deriva, é sempre Nicolson quem nos ensina,

de *cancellarius*, o porteiro dos tribunais de justiça. Na era carolíngia, o chanceler ou guardião dos arquivos reais tinha a atribuição de atestar a autenticidade dos documentos. Sem sua firma, nenhum edito real possuía aplicação legal. Como se vê, para qualquer lado que nos voltemos, encontramos sempre na origem da moderna diplomacia a ligação genética com documentos, arquivos, autenticação, decifração, interpretação, exegese.

Por essa razão, afirma Nicolson que o elemento científico, técnico e de erudição continua vital para o funcionamento de qualquer serviço exterior eficiente, o qual depende, de uma forma ou outra, do constante estudo de antigos tratados, de precedentes históricos, da análise e interpretação das grandes conferências internacionais.

Ninguém sabia disso melhor do que o Barão do Rio Branco, historiador por vocação e gosto, freqüentador dos meandros de venerandos arquivos europeus, mestre na arte de utilizar velhos alfarrábios e cartas geográficas esquecidas para sair vitorioso das grandes arbitragens em que foi o advogado dos direitos do Brasil. Mergulhado na febre da preparação dos argumentos brasileiros na arbitragem acerca do território de Palmas (ou das Missões), nos Estados Unidos, seu conhecimento dos arquivos espanhóis era tão minucioso que indicava por telegrama os lugares onde se deveria procurar um determinado exemplar do Mapa das Cortes ou das Instruções aos Demarcadores do Tratado de Madri.

Pouco antes de assumir em 1902 a chefia do Ministério das Relações Exteriores, em carta ao senador Frederico Abranches na qual traçava um verdadeiro programa de reformas do vetusto Itamaraty do Visconde de Cabo Frio, escrevia Paranhos ser preciso “restabelecer a seção do Arquivo, dando-lhe o desenvolvimento necessário, *porque esse é o arsenal em que o Ministro e os empregados inteligentes e habilitados encontrarão as armas de discussão e combate*” (grifado por mim). E prosseguia: “É preciso criar uma Biblioteca e uma seção geográfica na Direção do Arquivo, como em França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos.” Com outras palavras, é o mesmo que dizia Nicolson sobre os componentes eruditos e científicos do trabalho diplomático.

A importância atribuída por Rio Branco ao arquivo do Itamaraty não impediu que tanto aquele “arsenal de combate” como os preciosos documentos que encerra se vissem de novo relegados, a maior parte do tempo, ao mais irresponsável e triste abandono. Quase trinta anos após a morte do Barão, na passagem da década de 1930 para a de 1940, Sérgio Corrêa da Costa, recém-aprovado no concurso de ingresso da carreira, viu-se temporariamente designado para o verdadeiro exílio que era então o Arquivo Histórico. Com muita graça e senso de humor, o futuro embaixador e

historiador assim descreve em *Brasil, segredo de Estado* o lamentável estado em que descobriu o Arquivo:

O encarregado, havia mais de vinte anos, chamava-se Seu Manuel, contínuo português de poucas letras, mas invulgar dedicação ao trabalho. À primeira vista, tudo me pareceu impecável: avenidas de estantes de metal abarrotadas, de alto a baixo, de embrulhos de papel pardo, cuidadosamente alinhados. Fichários, livros de registro, cadastros, isso nem pensar. Verifiquei logo que, à falta de instruções e deixado a seu inteiro arbítrio, Seu Manuel fora ‘arquivando’ zelosamente, ao longo de décadas, o imenso acervo de documentos em amarrados, como mercadorias numa loja. Cada embrulho levava uma etiqueta com uma das três seguintes e únicas classificações: ‘Vários’, ‘Diversos’ e ‘Miscelânea’.

*Si non è vero...*

Discernir, em meio à massa de papéis indiferenciados, aqueles pertencentes a uma mesma categoria, estabelecer sua divisão por critérios cronológicos ou de assunto, mistérios soberbamente ignorados por Seu Manuel, não representam mais que o início da difícil arte de entender o que o documento nos quer e pode dizer. Antes até de qualquer classificação, a questão preliminar que se coloca é a de decidir o que guardar e que valor atribuir às mais insignificantes sobrevivências do passado, não apenas os papéis “nobres”; os tratados, proclamações, leis, decretos, atos oficiais em geral, mas as humildes testemunhas da vida cotidiana.

A tendência de buscar reconstituir a vida social e econômica das populações, a história das mentalidades, que iria florescer como uma das variantes da renovação da maneira de escrever a história, simbolizada, entre outros movimentos, pela revista *Annales*, iria resgatar o que era menosprezado até então como algo trivial e sem importância: as estatísticas, listas de preços, relações de partidas e chegadas de navios, os balanços contábeis de bancos e firmas comerciais, as cartas pessoais e de negócios, os diários, manuais de confessores ou de inquisidores, as obras técnicas, os registros civis.

O Brasil produziu alguns dos pioneiros e antecipadores mais notáveis nessa capacidade de olhar a história como totalidade da vida diária das pessoas comuns. O maior foi certamente Gilberto Freyre, que recorreu a receitas de cozinha, anúncios de jornais de escravos fugidos, catálogos de vendas, para inaugurar uma das mais originais tentativas de recriar com excepcional talento de escritor a vida cotidiana da sociedade patriarcal no Brasil do Nordeste.

Antes dele, Alcântara Machado já antecipara essa transformação numa verdadeira jóia em miniatura publicada em 1929, *Vida e morte do bandeir-*

rante. Logo no início da obra, ele expressava gratidão ao Arquivo do Estado de São Paulo por lhe haver proporcionado a fonte de suas pesquisas, ao publicar os inventários processados de 1578 a 1700 pelo primeiro cartório de órfãos da capital do Estado. Numa época ainda dominada largamente pelas maneiras rotineiras e tradicionais de escrever a história, apesar de exceções de primeira ordem como as de Capistrano de Abreu, Oliveira Lima ou João Ribeiro, Alcântara Machado denunciava como absurdo “querer reduzir o estudo do passado à biografia dos homens ilustres e à narrativa dos feitos retumbantes”.

Em passagens dignas de figurar entre os escritos dos grandes representantes da revista *Annales*, sustentava que o objetivo essencial da história é o “conhecimento do que o homem tem realizado no combate diuturno [...] para melhorar-se e melhorar o meio em que vive”. Para isso, seria preciso não esquecer “o esforço permanente dos humildes, a silenciosa colaboração dos anônimos, as idéias e os sentimentos das multidões”. Declarava que “conflitos externos, querelas de facções, atos de governo estão longe de constituir a verdadeira trama da vida nacional”. E prosseguia: “*Não passam de incidentes; e o que é mais, são o produto de um sem número de fatores ocultos que os condicionam e explicam*” (grifado por mim).

É interessante aproximar esse trecho das denúncias feitas por Lucien Febvre e Marc Bloch contra a *histoire événementielle*, a história dos acontecimentos, vista como a leitura literal de documentos no dia-a-dia, sem perspectiva de longo prazo, reduzidos à *l'écume des faits*, à espuma dos fatos. Ou, em aproximação ainda mais impressionante, cotejar o escrito de Alcântara Machado com a experiência que teve Fernand Braudel no Brasil. Em certa ocasião, um defeito mecânico o obrigou a ter de esperar horas na estrada escura de Feira de Santana a Salvador, levando-o a observar que os vaga-lumes da noite tropical são como os acontecimentos: brilham, mas não indicam o caminho...

O alvo principal dos ataques dos renovadores da história na França era a história política em geral e, de maneira particular, a história diplomática, a modalidade oficial por excelência. Contudo, no interior da própria cidadela sitiada surgia naquele mesmo momento, mas de forma autônoma, um impulso muito semelhante para renovar os métodos, estilos e conteúdos da história diplomática. O protagonista central de tal esforço foi o professor Pierre Renouvin, na época jovem historiador designado como um dos membros da comissão encarregada de publicar os documentos diplomáticos franceses de 1871 a 1914, a fim de elucidar o problema das responsabilidades nacionais no desencadeamento da Primeira Guerra Mundial.

Vítima, ele mesmo, da guerra, da qual saiu com um braço amputado, Renouvin permaneceu como membro da comissão durante os 32 anos que durou a publicação. Admitiu que a decisão de publicar os documentos se devia a um ato político. O que não significava que fins políticos animassem os trabalhos, conduzidos com a escrupulosa objetividade de historiadores. A partir dessa experiência de publicação de documentos sensíveis, começaria a definir um escopo muito mais amplo para o que havia sido a história da diplomacia. Em artigo para a *Revue Historique*, escrevia em 1931, coincidindo, portanto, com os escritos renovadores de Febvre e Bloch:

Esses estudos se arriscarão a apresentar um ponto de vista demasiado estreito se insistirem em encontrar nos documentos diplomáticos os elementos únicos de convicção. Despachos, notas, telegramas permitem-nos perceber os atos; é mais raro que nos possibilitem entrever as intenções dos homens de Estado, mais raro ainda que sejam capazes de refletir as forças que agitam o mundo: movimentos nacionais, interesses econômicos. Não que os agentes diplomáticos negligenciem por completo essas forças morais e materiais; mas eles têm a tendência de atribuir importância maior à atitude das chancelarias e dos ministros, a analisar a influência do fator pessoal. Os historiadores podem e devem se aplicar em corrigir esse erro de óptica.

A correção da perspectiva deformada iria justamente conduzir ao nascimento da *história das relações internacionais*, de envergadura mais ambiciosa e abrangente que a da tradicional *história diplomática* ou *das relações diplomáticas*. Torna-se clara a mudança de óptica na introdução para a obra coletiva *Histoire des relations internationales* que Renouvin redige 21 anos após o texto citado:

O que se presta à contestação não é o objeto da história diplomática; é o seu método, tal como freqüentemente o praticam seus adeptos. Por dispor de ‘fontes’ abundantes e de fácil acesso, o historiador se deixa submergir pelos documentos, sem se decidir a sacrificar na sua pesquisa os mais miúdos incidentes que, por um fugitivo instante, retiveram a atenção das chancelarias. Como se encontra diante de série bem concatenada de instruções e relatórios, experimenta uma sensação de segurança. Ora, as instruções se esforçam com freqüência em não dizer o essencial, e os relatórios que atualizam as instruções omitem do mesmo modo a procura das causas: mesmo no século XIX, a correspondência de numerosos embaixadores não concede senão um lugar restrito, por vezes insignificante, às questões econômicas e ao problema das nacionalidades – a todas as ‘forças profundas’ – pois para o diplomata de então, a ‘grande política’ plana bem acima dessas contingências. *O erro desse tipo de historiador é de acreditar que os documentos diplomáticos possam ser suficientes para estudar a história das relações internacionais.* (grifado por mim)

Espero que essas reflexões ajudem o leitor a estimar e apreciar os documentos da coletânea no seu justo e alto valor. Não conheço nenhuma outra iniciativa do gênero no Brasil que tenha sido animada pela mesma concepção didática do organizador. Embora estejamos longe da possibilidade de cotejo com os países que periodicamente divulgam seus papéis diplomáticos em edições primorosas e bem indexadas, dispomos de algumas fontes importantes para conhecer o passado internacional do país.

Alguns raros episódios decisivos da história diplomática brasileira mereceram a publicação completa dos documentos a eles relativos, sendo talvez mais digno de nota, a esse respeito, o *Arquivo diplomático da Independência*, editado em seis volumes, de 1922 a 1925, durante as comemorações do Primeiro Centenário da Independência. Os tratados e atos internacionais foram objeto de atenção mais continuada, desde os *Apontamentos para o direito internacional*, de Pereira Pinto (1864-1869), passando pela *Sinopse*, de Feliciano José da Costa (1896), pelos *Atos diplomáticos do Brasil*, de Cardoso de Oliveira (1912), e os *Atos internacionais vigentes no Brasil*, de Hildebrando Accioly (1937) e outras compilações.

Os *Relatórios* do Ministério de Negócios Estrangeiros do Império, do tempo em que se sabia escrever relatórios interessantes e de substância, constituem fonte incomparável, infelizmente descontinuada por longos períodos. Os documentos editados por Jaime Cortesão sobre *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (1750), o *Catálogo da Coleção Visconde do Rio Branco*, editado por José Honório Rodrigues, os *Pareceres do Conselho de Estado* estão entre as mais importantes publicações de documentos diplomáticos brasileiros. É de justiça destacar nos dias que correm a excelente série de documentos e estudos que vem sendo preparada e editada com cuidadosa apresentação e qualidade pelo embaixador Álvaro da Costa Franco, no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Não obstante, não se dispunha até agora de nenhuma coletânea organizada com propósitos de auxiliar o ensino e o estudo da história diplomática, pondo à disposição de professores e estudantes uma seqüência completa, desde os tempos da Colônia até o momento que estamos vivendo. Lembro-me que, na época em que ensinei história das relações diplomáticas no Instituto Rio Branco e na Universidade de Brasília, tinha de contentar-me com os trechos de documentos que Delgado de Carvalho havia inserido como leituras complementares de alguns capítulos de sua utilíssima *História diplomática do Brasil*.

Ficamos a dever mais este serviço relevante à história das relações internacionais do Brasil a Eugênio Vargas Garcia, a quem já éramos todos devedores por outro empreendimento que exigiu igualmente beneditino zelo e precisão de erudito, a *Cronologia das relações internacionais do Brasil*.



Eugênio é exemplo encorajador de que constantemente se renova a tradição de diplomatas-historiadores, ilustrada por Rio Branco, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, no passado e por um dos maiores historiadores do Brasil no presente, o embaixador Evaldo Cabral de Mello.

Ele representa uma expressão atualizada dessa dupla vocação: a do historiador não mais puramente autodidata, mas o que recebeu formação e treinamento especializados na universidade, em seu caso na Universidade de Brasília, onde concluiu o mestrado e o doutorado em história. Apesar de jovem, produziu já obra indispensável para quem deseja estudar a história das relações diplomáticas do Brasil na fase imediatamente posterior à morte de Rio Branco em 1912. Destaco, nessa produção intelectual, *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder* e *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*.

Na obra que ora nos oferece, *Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos*, são perceptíveis as mesmas qualidades de seguro julgamento e equilíbrio de visão já presentes nos estudos analíticos que escreveu. É o que o leitor poderá verificar ao observar que esta não é uma coleção de documentos como as outras, mera sucessão de papéis arranjados por ordem cronológica. Embora o propósito seja eminentemente prático, conforme reconhece o autor na nota introdutória, o olho certo do historiador evitou o padrão rotineiro, incluindo o que dificilmente teria encontrado lugar numa seleção convencional.

É o caso, por exemplo, dos bilhetes de Jânio Quadros, categoria insólita de documento diplomático, mas nem por isso menos importante como testemunha do espírito de renovação que soprava então nas águas um tanto estagnadas da política externa brasileira. Também significativa e valiosa como indicação das paixões ideológicas e da polêmica que tal renovação provocou é a inserção do artigo de quatro ex-chanceleres sobre a questão cubana. Confesso que até eu havia esquecido o episódio, embora fosse, na época, oficial-de-gabinete do ministro San Tiago Dantas e tivesse vivido intensamente a agitação diplomática daquela antevéspera de preparação do golpe de 1964, para a qual as questões da política externa forneceram abundante munição.

Como se vê, nada é mais diferente da poeira de documentos mortos que estes palpitantes retalhos de vida e história que convido o leitor a conhecer diretamente.

São Paulo, 4 de outubro de 2008